



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti

72
Raf.

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

**AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0003642-45.2014.8.17.0000
(0332615-4)**

AGRAVANTE(S): ESTADO DE PERNAMBUCO

AGRAVADO(S): SOPHIA LIS RAMALHO CAMPOS

REPRESENTANTE: ARQUILES JOSÉ FERREIRA CAMPOS LIMA

RELATOR: DES. RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI

EMENTA. ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. RECURSO DE AGRAVO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. – DIREITO À SAÚDE. HOME CARE. FORNECIMENTO PELO ESTADO. AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

- O Estado, através de qualquer dos entes federativos, tem solidariamente o dever de prestar assistência a todos de que dela necessitem e, conjuntamente, fornecer os tratamentos indispensáveis à cura ou conservação da saúde das pessoas que necessitem.

- O direito à saúde é um dos elementos que compõem o mínimo essencial protegido pelo Princípio da Dignidade da Pessoa Humana.

- É pacífica na jurisprudência pátria, da qual destaco a Súmula nº 18 deste Tribunal de Justiça, a preservação da saúde digna do cidadão.

-Recurso de agravo improvido. Decisão unânime.

Rafael Machado da C. Cavalcanti
Desembargador

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo nº 0332615-4, em que figuram como agravante o ESTADO DE PERNAMBUCO e como agravado o MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da 4ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, unanimemente, em conhecer, e **negar provimento** ao recurso, que devidamente revisto e rubricado, passa a integrar este julgado.

Recife, 23 de 05 de 2014.


Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti
Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti

76
RJ

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

**AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0003642-45.2014.8.17.0000
(0332615-4)**

AGRAVANTE(S): ESTADO DE PERNAMBUCO

AGRAVADO(S): SOPHIA LIS RAMALHO CAMPOS

REPRESENTANTE: ARQUILES JOSÉ FERREIRA CAMPOS LIMA

RELATOR: DES. RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Agravo, interposto com amparo no § 1º do art. 557, do CPC, em face da Decisão Monocrática proferida no Agravo de Instrumento que negou seguimento ao recurso, mantendo o custeio do tratamento domiciliar e dos materiais necessários a sua prestação.

Alega o agravante, em apertada síntese, que a Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco disponibiliza aos usuários do SUS internamento domiciliar, desde que preenchidos os requisitos previstos na Portaria GM/MS nº 2.529/2006. Afirma que a necessidade de enfermagem intensiva e ventilação mecânica, como no caso do Agravado, configura hipótese de exclusão do programa de internamento domiciliar oferecido pelo SUS.

Aduz ainda o agravante que não há no bojo da decisão monocrática de fls. 55/57 verso decisão dominante deste E. TJPE ou dos Tribunais Superiores que possibilite a aplicação do art. 557 do CPC.

Por fim, requer que seja dado provimento ao presente agravo.

É o relatório.

Recife, 23 de 05 de 2014


Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti
Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti

75
75

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

**AGRAVO NO AGRADO DE INSTRUMENTO Nº 0003642-45.2014.8.17.0000
(0332615-4)**

AGRAVANTE(S): ESTADO DE PERNAMBUCO

AGRAVADO(S): SOPHIA LIS RAMALHO CAMPOS

REPRESENTANTE: ARQUILES JOSÉ FERREIRA CAMPOS LIMA

RELATOR: DES. RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI

VOTO

Não assiste razão ao recorrente, haja vista os fundamentos esposados serem insuficientes para modificar a decisão monocrática prolatada.

Quanto ao argumento de que a ausência de jurisprudência ou súmula deste Tribunal, sobre o caso apreciado, impede decisão monocrática no recurso de Agravo de Instrumento, acresço que o entendimento desta corte de justiça é pacífico e ratifica o espírito da *legis*, como bem demonstrado na Decisão Terminativa recorrida.

Assevero ainda que, o direito à saúde é um dos elementos que compõem o mínimo essencial protegido pelo Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. É pacífica na jurisprudência pátria, da qual destaco a Súmula nº 18 deste Tribunal de Justiça, a preservação da saúde digna do cidadão.

Desta feita, para evitar repetição de argumentos, mantenho a decisão terminativa proferida, por seus próprios fundamentos, razão pela qual faço remissão, para que faça parte integrante da presente decisão (fls. 55/57verso proferida no agravo de instrumento):

XXX
XXXXXXXXXXXXX

Diante de todo exposto, voto pelo **não provimento** do presente recurso, para que seja mantida a decisão terminativa concedida no bojo do Agravo de Instrumento nº 0332615-4.

Recife, 23 de 05 de 2014


Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti
Relator